

A PERSPECTIVA DE KARL MARX SOBRE A QUESTÃO DO CAMPESINATO E A VIDA RURAL

Lorrany dos Santos Ferreira¹

Resumo: Este ensaio é uma discussão sobre as questões que configuram em Karl Marx os aspectos sociais e econômicos do campesinato, bem como a vida rural diante do mundo moderno capitalista. Esse debate é muito importante na medida em que, devido a tantas mudanças na estrutura econômica, política e social, essa categoria tem apresentado certa incapacidade de se estabelecer no sistema subordinado ao capital. No entanto, Marx em sua análise e teoria histórica antecipou alguns desses questionamentos, pontos estes que serão elucidados aqui. É importante considerar que o autor não dedicou nenhum estudo a esse grupo social e, tampouco, análises sobre a diferenciação entre campo e cidade e rural e urbano. Porém, por meio do materialismo histórico dialético, Marx expõe as contradições de classe que fundamentam a sociedade moderna, bem como a questão da propriedade, a divisão e a técnica do trabalho. Além disso, os estudos de Marx, na medida em que anunciam o triunfo do capitalismo, são referenciais para análises acerca da transformação espacial e, também, para a crescente expansão da industrialização e urbanização. Diante disso, os estudos de Marx pressupõe uma (re)configuração social onde uma pequena parcela da sociedade (o caso dos camponeses) seria aruinada e teria seu modo de vida alterado.

Palavras-chave: campesinato, vida rural, capitalismo, marxismo.

MARX'S PERSPECTIVE ON THE PEASANT QUESTION AND RURAL LIFE

Abstract: This essay is a discussion of the issues that shape Karl Marx the social and economic aspects of the peasantry, as well as rural life in the face of the modern capitalist world. This debate is very important in that, due to so many changes in the economic, political and social structure, this category has shown a certain inability to establish itself in the system subordinated to capital. However, Marx in his analysis and historical theory anticipated some of these questions, points that will be elucidated here. It is important to consider that the author did not dedicate any study to this social group, nor analyzes the differentiation between countryside and city and rural and urban. However, through dialectical historical materialism, Marx exposes the class contradictions that underlie modern society, as well as the question of property, division and the technique of work. In addition, Marx's studies, insofar as they announce the triumph of capitalism, are references for analyzes about spatial transformation and, also, for the growing expansion of industrialization and urbanization. In view of this, Marx's studies presuppose a social (re) configuration where a small portion of society (the case of peasants) would be ruined and their way of life would be altered.

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás - UFG; Especialista em História e Narrativas Audiovisuais pela UFG e Graduada em Ciências Sociais pela mesma instituição. Atua na Educação como professora de Ciências Humanas. Dedicou-se aos estudos sobre ruralidade e urbanidade. Além disso, pesquisa sobre juventudes, mobilidades e identidades híbridas, especialmente, a relação entre campo-cidade e urbano-rural. Email: ferreiralorrany@hotmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2205615465508526> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6883-9599>

Keywords: peasantry, rural life, capitalism, marxism.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é discutir como Karl Marx nos apresenta a questão do campo e a vida no meio rural. Para isso, é importante assinalar que o autor não construiu nenhum estudo específico a respeito da diferenciação entre o campo e a cidade, ele não escreveu sobre um conceito de espaço, seja ele rural ou urbano, porém suas análises da sociedade moderna envolvem essa questão. Sendo assim, essa perspectiva sobre a questão camponesa e a vida rural em Karl Marx é uma discussão pertinente ao presente ensaio.

Para demonstrar como suas análises nos fornecem uma concepção espacial, podemos recorrer a sua teoria sobre a história da humanidade, o chamado “materialismo histórico- dialético”. Seus estudos foram uma aguda percepção das contradições fundamentais da sociedade, o conflito de classes: de um lado, os proprietários, que se afirmavam ao mesmo tempo como não trabalhadores; de outro, os trabalhadores, que também eram não proprietários. Em outros termos, de um lado, o capital; de outro, o trabalho, ambos representados na classe burguesa dos empresários capitalistas, por um ângulo e, por outra face, no proletariado. Essa percepção da luta de classes foi um estopim do pensamento revolucionário que a sociedade se apresentava naquele momento, mas que era uma situação instável, temporária, e que podia transformar-se, pois a história contém em si as potencialidades de mudança.

Tendo isso em conta, algumas noções fundamentais do materialismo histórico-dialético estão expostas em *A ideologia Alemã* de Marx e Engels quando estabelecem fatos históricos, que serão apresentados aqui brevemente. O primeiro é que os homens são seres de carência, seres de necessidades a serem satisfeitas, e esse é o fundamento da sociabilidade humana, para resolvê-las têm de produzir as condições materiais, estabelecendo relações com a natureza, transformando-a, e também interagir com os outros homens.

O segundo fato é que, ao resolver suas necessidades de produzir, os homens criam novas necessidades que têm de ser satisfeitas, precisam criar os instrumentos de trabalho (natureza transformada), as formas de associação entre si para potencializar o esforço produtivo. A apropriação da terra, dos meios de trabalho são as relações de produção.

O terceiro fato histórico consiste em que a sociedade não pode parar de produzir e, conseqüentemente, de reproduzir tanto as condições necessárias à vida quanto os próprios homens. O quarto fato é a relação entre produção e procriação, ou seja, a relação entre trabalho e família. Trata-se, portanto, de relações que são ao mesmo tempo naturais e sociais, pois a natureza é apropriada e historicizada. E, por último, o quinto fato histórico é a produção da consciência, o desenvolvimento do pensamento, a organização e a decomposição dos elementos intelectuais. Nesse ponto, para Marx e Engels trata-se de uma relação dialética: a existência condiciona a consciência. Em resumo, os fatos históricos enfatizam três momentos: necessidade, trabalho, consciência, e esses momentos são constitutivos da vida social ao longo da história dos homens. (MARX & ENGELS, 1996)

Ao apontarmos os fatos históricos apresentados por Marx e Engels temos uma percepção das condições sociais e históricas dos indivíduos nesse sistema, especialmente quando se refere as relações com a natureza, processo de trabalho e a propriedade, no caso da propriedade da terra, no mundo capitalista. Analisando a passagem para o modelo capitalista, os autores apontam para um processo de contínua expansão e transformação espacial, e aqui devemos pensar especialmente a transformação do espaço rural motivado pela crescente industrialização dos centros urbanos. Entretanto, é preciso ressaltar que a questão do campesinato se apresenta como uma investigação das estruturas sociais, onde os camponeses se mostram, como uma classe de transição, tanto no sentido histórico, ou seja, como formação econômico-social desde a época do feudalismo, mas que continua a existir no capitalismo.

Todo esse processo ocorreu devido o avanço das forças produtivas e do aprofundamento da divisão social e técnica do trabalho. A partir da estruturação das classes e da posse dos meios de produção, o sistema capitalista arruinou a pequena propriedade camponesa e modificou o seu modo de vida.

CAPITALISMO: A EXPROPRIAÇÃO RURAL

Pode-se afirmar que Marx dedicou-se a aprofundar a essência do que seria o modo de produção capitalista. De fato, é um modo de produção de mercadorias. Acontece que uma das mercadorias, a força de trabalho, não é trocada por seu equivalente no capitalismo. Houve um processo histórico que transformou a força de trabalho em mercadoria, ou seja, o homem que anteriormente teria acesso aos meios de

trabalho, à natureza, como proprietário, ou mesmo porque vivia em interação com ela, foi despojado do acesso à matéria prima, aos instrumentos de produção, e passou a depender de outros homens que quisessem contratá-lo para gerar produção. Esse processo histórico foi bem desenvolvido em *O capital* no capítulo XXIV “A acumulação primitiva”, ou seja, como começou um grupo de pessoas a contratar outras que passaram a dispor apenas de sua capacidade de trabalho, embora livres da servidão feudal, mas obrigadas a vender sua força de trabalho para poder sobreviver.

Para que o modo de produção capitalista se iniciasse, seria preciso que um comprasse a força de trabalho do outro, e para isso ter um capital inicial. Como foi que isso começou? Como foi primitivamente acumulado? A base de todo o processo foi a expropriação do produtor rural, o camponês privado de suas terras. Esse foi o pecado original; um processo de violência que expropriou camponeses, que migraram para as cidades, entre outros aspectos, e permitiu a primeira acumulação capitalista.

Sendo assim, foi na cidade que aconteceu "um processo cumulativo relativamente contínuo: acumulação de conhecimentos, de técnicas, de coisas, de pessoas, de riquezas, de dinheiro, depois de capital" (LEFEBVRE, 1999, p. 34), diferentemente do que ocorreu no campo.

Para existir, o capitalismo e seu modo burguês de vida precisou, no início, superar o regime feudal, destituir artesãos e camponeses da situação de produtores independentes, formar força de trabalho disponível para as empresas e, depois, ultrapassar seus próprios limites, enquanto imperativo essencial para continuar sobrevivendo. Assim, o processo de acumulação primitiva tomou-se elemento crucial para o nascimento do modo de produção capitalista, sua etapa inaugural, sem a qual não poderia haver surgido o capitalismo.

O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. (MARX, 1982, livro I, v. 2, p. 830).

O capitalismo tomou a terra um bem de capital; pôs fim à propriedade comunitária; transformou a produção urbana e agrícola em valores-de-troca; fez do

mercado translocal o *locus* privilegiado da vida socioeconômica; atraiu trabalhadores para o centro urbano em busca de empregos; efetivou a produção de mercadorias em larga escala; expulsou do campo famílias inteiras. Tudo isso culminou na separação dos produtores diretos (artesãos e pequenos agricultores) de seus meios de produção, ao convertê-los, tão somente, em proprietários apenas de sua força de trabalho, enquanto etapa elementar para a geração da mais-valia. Neste sentido, a cada progresso o campesinato e a vida local rural da economia de mercado ocorria uma intensa fragilização da economia camponesa, que anteriormente bastava a si mesma. (RAMALHO & MOREIRA, S/D)

Nesse sentido, na vida da pequena propriedade rural, as relações mútuas entre os próprios camponeses são limitadas e detentoras de um intercâmbio econômico e cultural bastante restrito. Tanto o localismo, inscrito na vida da aldeia, quanto a parcela pequena de terra produzem limitada divisão de trabalho, nulo intercâmbio com o mundo e ausência de aplicação de métodos científicos de produção. Geram também situações limitadas de vida, aprisionadas pela (e na) aldeia, como pela (e na) diminuta propriedade agrária. De acordo com essa visão, o intercâmbio estabelecido pelo camponês dá-se mais com a natureza do que propriamente com a sociedade, no que se refere às trocas construídas para obter os meios necessários à sua subsistência corporal e espiritual. Por isso, essa vida camponesa não consegue criar seres capazes de libertar a sociedade de seus grilhões, porque seus modos de existir, em grande medida, simbolizam insuficiências, são grilhões também. ((RAMALHO & MOREIRA, S/D)

Utilizando a Inglaterra como produto histórico desse processo, Marx mostra a aliança do poder real e da burguesia contra a vassalagem: a transformação de lavouras em pastagens, a expulsão das pessoas das aldeias e a transformação de camponeses em proletários, que nada mais têm para vender a não ser sua força de trabalho. Entretanto, os métodos para isso, foram: concentração de terras nas mãos dos reis, que se afirmam no Estado Absolutista; expropriação dos bens da Igreja, a partir de Henrique VIII, com a Reforma; roubo e esbulho das terras comuns; transformação da propriedade feudal/clã e propriedade privada. Dessa forma, todos os homens, assim privados de seus modos de vida, não poderiam ser absorvidos pela manufatura nascente nas cidades, e muitos não se ajustavam à nova vida, especialmente, os camponeses. Em outras palavras, para existir, o capitalismo e seu modo burguês de vida precisou, no início, superar o regime feudal, destituir artesãos e camponeses da situação de produtores independentes, formar

força de trabalho disponível para as empresas e, depois, ultrapassar seus próprios limites, enquanto imperativo essencial para continuar sobrevivendo. Assim, o processo de acumulação primitiva tomou-se elemento crucial para o nascimento do modo de produção capitalista, sua etapa inaugural, sem a qual não poderia haver surgido o capitalismo. (VÉRAS, 2014)

No caso francês, Marx aponta que a sobrevida do campesinato ocorreu por ser vital à geração de capital, a partir do pagamento da hipoteca da terra, da renda da terra, aos usurários urbanos (bancos, comerciantes, por exemplo), o que acabou ampliando a miséria e a exploração dos pequenos produtores agrícolas, levando-os a ter uma vida precária para poder pagar juros pelo arrendamento do solo e manter sua posse da terra a todo custo. (VÉRAS, 2014)

Mas no decorrer do século XIX, os senhores feudais foram substituídos pelos usurários urbanos; o imposto feudal referente à terra foi substituído pela hipoteca: a aristocrática propriedade territorial foi substituída pelo capital burguês. A pequena propriedade do camponês é agora o único pretexto que permite ao capitalista retirar lucros, juros e renda do solo, ao mesmo tempo que deixa ao próprio lavrador o cuidado de obter o próprio salário como puder. A dívida hipotecária que pesa sobre o solo francês impõe ao campesinato o pagamento de uma soma 204 A visão escatológica de Marx e Engels sobre o campesinato e a vida local rural de juros equivalentes aos juros anuais do total da dívida britânica. A pequena propriedade, nessa escravização ao capital a que seu desenvolvimento inevitavelmente conduz, transformou a massa da nação francesa em trogloditas. Dezesesseis milhões de camponeses (inclusive mulheres e crianças) vivem em antros, a maioria dos quais só dispõe de uma abertura, outros apenas duas e os mais favorecidos apenas três. E as janelas são para uma casa o que os cinco sentidos são para a cabeça. A ordem burguesa, que no princípio do século pôs o Estado para montar guarda sobre a recém-criada pequena propriedade e premiou-a com lauréis, tomou-se um vampiro que suga seu sangue e sua medula, atirando-o no caldeirão alquimista do capital. (MARX, 1996, p. 131-132).

Em situações como a da Irlanda, Marx analisa que parte da população rural, que continuava no campo, dedicava cada vez menos seu trabalho à atividade agrícola e mais a outros ramos produtivos, principalmente a partir da terceirização de sua força de trabalho a empresas confeccionadoras de camisas, que fez da miséria da população rural "a base de gigantescas fábricas de camisas" (MARX, 1982, livro 1, v. 2, p. 819). Ou seja, "encontramos aí o já descrito sistema de trabalho a domicílio, que cria trabalhadores supérfluos por meio de salários de fome e de trabalho excessivo" (MARX, 1982, livro 1, v.2, p.819).

Mitrany (1957) afirma que Marx considerou o problema agrário do ponto de vista da produção e não da organização social. A economia em larga escala foi à primeira condição para o bem estar. Condição essa que se realizou em parte na indústria (com a

Revolução Industrial) e que ocorreria posteriormente na agricultura. Essa transformação completaria o divórcio entre agricultura e indústria doméstica, e prepararia o terreno para a agricultura capitalista. A evolução da indústria arruinaria tanto a pequena propriedade burguesa, quanto à camponesa. O camponês, aos poucos, perderia sua renda complementar (indústria doméstica e terra comunal). A saída seria recorrer ao capital usurário: ao mesmo tempo sua salvação e derrocada. A produção camponesa jamais poderia competir com a produção capitalista em larga escala. Produzindo e ganhando pouco, não conseguiria pagar os impostos, nem o usurário. A perda de suas terras e a proletarização seriam inevitáveis. Por intermédio do aperfeiçoamento de todos os instrumentos de produção a burguesia arrastaria “para a civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras” (MARX & ENGELS, 1996, p. 79). Antigas indústrias seriam destruídas suplantadas por novas indústrias que empregariam matérias-primas não mais locais, mas sim de regiões remotas. A antiga autossuficiência e do isolamento local e nacional seriam substituídos por um intercâmbio universal.

A burguesia submeteu o campo ao domínio da cidade. Criou cidades enormes, aumentou imensamente a população urbana em relação à rural e arrancou assim uma parte considerável da população do embrutecimento da vida rural. Assim com subordinou o campo à cidade, subordinou aos países bárbaros e semibárbaros aos países civilizados, os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente (MARX & ENGELS, 2012, p.49).

Entretanto, a exploração sistemática dos trabalhadores ocasionou o nascimento de duas classes, cujos interesses são antagônicos: a proletária e a capitalista. A classe capitalista impõe ao proletariado a orientação a ser seguida. Também no meio rural, a chegada do capitalismo fez com que se alterassem as relações de trabalho. O camponês, subjugado à lógica do capital, tornou-se um trabalhador assalariado. Perdeu sua independência, sua terra, sua moradia, seus instrumentos de trabalho e tornou-se um proletário. Para ele, restaram as seguintes opções: ou permanece no campo como assalariado do capitalista burguês; ou parte em busca de trabalho na cidade, provocando o êxodo rural; ou vive na cidade e trabalha no campo, na condição de volante, boia-fria etc. Esse rural assalariado pode laborar para o empregador de forma permanente ou temporária. (FLEURY, 2010)

Portanto, o fim do campesinato estaria próximo, pois as condições do desenvolvimento capitalista aboliriam a pequena propriedade camponesa. Posteriormente, o Socialismo aboliria a propriedade privada da terra e restauraria a propriedade comum. Não em sua forma primitiva, mas em uma forma bem mais elevada

e desenvolvida. Esse tipo de propriedade comum não se configuraria um entrave para a produção e sim em sua liberdade. Dessa forma, dentre todas as classes, apenas o proletariado seria a classe verdadeiramente revolucionária, por não possuir nenhum tipo de propriedade. Na próxima seção, será apresentado como essa noção de classe pode ser entendida pela análise de Karl Marx.

CAMPESINATO: A DEFINIÇÃO DE CLASSE

É importante considerar que Marx acabou não sistematizando um conceito de classe social, especialmente sobre a classe dos camponeses, embora tenha dedicado à luta de classes um papel decisivo na história, dado que a revolução acontece por causa dessa contradição e da superação da desigualdade existente. Para desvendarmos essa concepção em Marx é preciso percorrer em seus diferentes textos.

Em *O capital*, Marx, no capítulo LII, fala sobre as classes sociais, ainda no âmbito do modo de produção. Baseado no caso da Inglaterra, onde o modo de produção capitalista se mostrava consolidado, afirma que as três classes em que se divide a sociedade moderna são os proprietários da simples força de trabalho, os proprietários de terra e os proprietários de capital, e suas respectivas fontes de renda, o salário, a renda do solo e o lucro, ou seja, trabalhadores assalariados, proprietários de terra e capitalista. (MARX, 1982)

Os camponeses podem ser considerados classe social apenas pelo fato de possuírem condições econômicas, interesses e culturas que os distinguiriam de outras classes. Mas por se manterem isolados sem criar entre eles qualquer tipo de interesse e por não possuírem organização política, não se constituiriam uma classe. Dessa forma, não seriam capazes de se representar, teriam que ser representados por um senhor que os dirigisse com autoridade, ou por alguém que os conduzisse à revolução, pois, sozinhos, não a fariam (MARX, 1974, p.403). Assim,

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multifórmicas entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existentes na França e pela pobreza dos camponeses. [...] Cada família camponesa é quase autossuficiente; ela produz inteiramente a maior parte do que consome. [...] A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras e opõem o seu modo de vida, os

seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome... (MARX, 1974, p. 277).

Entretanto, Marx admitiu a existência do camponês revolucionário que luta para escapar das condições de sua existência social: “a população rural que, ligada às cidades, quer derrubar a velha ordem de coisas por meio de seus próprios esforços” (MARX, 1974, p.404, grifo nosso). Camponeses que encontram no proletariado urbano “seu aliado e dirigente natural” para derrubar o regime burguês (MARX, 1974, p.406).

Sendo assim, caberia ao camponês sujeitar-se ao inevitável desenrolar histórico e aliar-se ao proletariado como única possibilidade para enfrentar o capitalismo, não mais na qualidade de produtores individuais, mas como sujeitos vinculados à construção de uma propriedade social coletiva de cunho estatal, abdicando, dessa maneira, da condição campesina. A condição de proprietário, além dos limites econômicos, era enxergada como um aspecto que poderia fragmentar a luta dos trabalhadores ao manter o desejo da posse privada dos meios de produção em uma parcela da população desfavorecida.

CONSIDERAÇÕES

Embora essa discussão seja pertinente ao nosso tempo, em outros séculos formularam-se indagações a respeito. Através do advento do capitalismo, a classe dos agricultores sofreu profundas transformações. Durante todo esse tempo, devido a tantas mudanças na estrutura política, econômica e social, essa categoria tem apresentado certa incapacidade de se estabelecer nesse sistema subordinado ao capital. Karl Marx em sua análise e teoria histórica antecipou o questionamento sobre a vida rural e seus desdobramentos.

Marx considerou que as condições impostas pela lógica de desenvolvimento do modo de produção capitalista seriam fatais para o campesinato. Seu modo de vida não se adequaria a uma realidade onde a grande produção prevaleceria. Portanto, segundo ele, o campesinato é uma classe prestes a se tornar um “passado” extinto pelo progresso da história. Em outras palavras, a economia campesina não conseguiria mais garantir o sustento da família, como havia realizado séculos antes. Sucumbiria diante de uma nova

realidade econômica. Sua produção, de caráter limitado, seria frágil no enfrentamento de produtos advindos do grande empreendimento agrário e da concorrência comercial com produtos agropecuários provenientes de outras partes do globo. Sendo assim, o fim do campesinato e sua conversão em assalariados estariam no horizonte próximo da história. Entretanto, a salvação para esse processo só seria realizada por meio da revolução dos proletários.

Tendo em vista a relevância das contribuições de Karl Marx (e Engels) para a temática da ruralidade, chamamos a atenção para o fato de que são muitas as leituras e possibilidades de interpretações da obra marxista. Contudo, o debate sobre a questão camponesa e seu modo de vida e existência no mundo moderno capitalista é uma preocupação que se manifesta até os dias de hoje.

REFERÊNCIAS

- BAGLI, Priscilla. O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças. **Revista Nera** – Ano 7, N. 5 – Agosto/Dezembro, 2004.
- FLEURY, Maria das Graças Prado. **Relações de emprego no campo: as diversas formas de contratação e a reestruturação produtiva**. (Dissertação de Mestrado), pp. 15-22, Goiânia, 2010.
- IANNI, Octavio. (org). Marx. São Paulo: Ática.: Parte I, Cap. 1: “**Fundamentos da história**”, pp. 45-61, 1979.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- MARX, K.; ENGELS, F.; **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- MARX, K. Manifesto do Partido Comunista. Penguin Companhia, 2012.
- _____. O capital. Coleção. Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 413p. (Os Pensadores, XXXV). Trad. José Carlos Bruni, 1974.
- MITRANY, David. **Marx contra o camponês**. Rio de Janeiro: Ipanema. Trad. Marcelo Antônio, 1957.
- RAMALHO, C.W.N.; MOREIRA, R.N.P.; “A visão escatológica de Marx e Engels sobre o campesinato e a vida local rural”. In: **Estudos de Sociologia**. Rev. do Progr. de Pós- Graduação em Sociologia da UFPE, v. 16, n. I, p. 179- 208. (S/D)

SOTO, Willian Héctor Gómez. A sociologia do “mundo rural” de José de Souza Martins. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Abril, 2013.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. **Introdução à Sociologia**: Marx, Durkheim e Weber, referências fundamentais. Editora: Paulus, 2014.

Recebido: 10 de janeiro de 2021

Aceito: 11 de março de 2021